

Comunicado



2007/03/01 (16:00)
Para circulação imediata

Rio Maior, Salvaterra de Magos e Alcochete protestam contra ensaios experimentais e avisam Ministério do Ambiente

TESTES COM MILHO TRANSGÉNICO SÃO ILEGAIS

Em conferência de imprensa realizada esta tarde em Rio Maior, onde estiveram presentes a Presidente da Câmara de Salvaterra de Magos, Ana Cristina Ribeiro e o Vice-Presidente da Câmara de Rio Maior, Carlos Nazaré, para além da Plataforma Transgénicos Fora do Prato, e onde foi lida uma mensagem do Presidente da Câmara de Alcochete, Luís Miguel Franco, foram expostas em detalhe as razões pelas quais **o Ministério do Ambiente vai ter de cancelar os processos em curso para o licenciamento de testes de campo de milho transgénico.**

Termina hoje a consulta pública lançada pelo Ministério do Ambiente sobre os pedidos das multinacionais Pioneer e Syngenta para cultivar milho transgénico experimental em três concelhos portugueses: Salvaterra de Magos, Alcochete e Rio Maior. Na conferência de imprensa o Vice-Presidente da Câmara de Rio Maior e a Presidente da Câmara de Salvaterra de Magos **anunciaram a declaração de criação de Zona Livres de Transgénicos neste municípios**, manifestando-se contra as intenções da indústria da engenharia genética de realizar testes no seu território. Em Dezembro de 2006 a Câmara de Alcochete também se declarou livre de transgénicos.

Nas palavras de Ana Cristina Ribeiro, "Salvaterra de Magos insere-se na Reserva Natural do Estuário do Tejo e na Reserva Natural do Estuário do Sado. Estão em jogo muitos valores ecológicos e ambientais. **Se os ensaios forem aprovados iniciaremos um período de luta por esses valores e pela saúde pública do concelho**".

Por seu lado, Carlos Nazaré afirmou que "Não podemos correr riscos. Os transgénicos representam um perigo para a agricultura e os agricultores e põem em questão a agricultura tradicional e biológica. Além de trazerem desvantagens económicas representam um risco para as gerações futuras. Nós em Rio Maior **apostamos numa ruralidade de excelência, não queremos ser cobaias** do que, em termos científicos, não é ainda controlável."

Com efeito, as autarquias e o público são chamados a pronunciar-se sobre os riscos e impactos das plantações de transgénicos... mas não é dito o local onde se planeiam tais plantações, conhecendo-se apenas o concelho.

Margarida Silva, coordenadora da Plataforma Transgénicos Fora do Prato, questionou: "**Como é possível avaliar o impacto do milho geneticamente modificado num determinado ambiente e habitat, se não se sabe qual é o habitat?** Como é que se pode tentar antecipar os perigos para os agricultores e agricultura envolvente, se toda essa informação é remetida para anexos classificados como confidenciais? Se o Ministério aprovar o processo e as sementeiras deste milho forem entretanto iniciadas, essa autorização será objecto de pedido de **impugnação em Tribunal Administrativo** e os terrenos em causa terão de ser descontaminados. Esperemos que prevaleça o bom senso e que as vontades das populações e autarcas sejam respeitadas."

Segundo o artigo 28º do Decreto-Lei 72/2003, apenas podem ser classificadas como confidenciais as informações que coloquem em causa a posição das empresas em termos concorrenciais. De acordo com o mesmo artigo, não podem nunca manter-se secretas as informações relativas ao local da libertação. Face a esta situação, o Ministério do Ambiente só pode tomar uma decisão: **anular a presente consulta pública e lançar uma nova consulta, já com toda a informação disponível**. De qualquer outra forma a consulta pública terá sido ilegal e um mau exercício de poder.

A Plataforma Transgénicos Fora do Prato, apresentou nesta conferência de imprensa a imagem da bandeira das zonas livres de transgénicos, que será hasteada em várias regiões, municípios, freguesias e escolas de Portugal. Ao longo dos próximos meses a Plataforma irá desenvolver uma série de iniciativas de sensibilização, nomeadamente através de uma caravana que vai percorrer parte do país, **hasteando bandeiras em zonas já declaradas livres de transgénicos** e realizando iniciativas de divulgação e acções criativas junto dos agricultores e consumidores portugueses.

A BANDEIRA DAS ZONAS LIVRES PORTUGUESAS:



Para mais informações: Margarida Silva, 91 730 1025

A Plataforma 'Transgénicos Fora do Prato' é uma estrutura integrada por onze entidades não-governamentais da área do ambiente e agricultura (ARP, Aliança para a Defesa do Mundo Rural Português; ATTAC, Associação para a Taxação das Transacções Financeiras para a Ajuda ao Cidadão; CNA, Confederação Nacional da Agricultura; Colher para Semear, Rede Portuguesa de Variedades Tradicionais; FAPAS, Fundo para a Protecção dos Animais Selvagens; GAIA, Grupo de Acção e Intervenção Ambiental; GEOTA, Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente; LPN, Liga para a Protecção da Natureza; MPI, Movimento Pró-Informação para a Cidadania e Ambiente; QUERCUS, Associação Nacional de Conservação da Natureza; e SALVA, Associação de Produtores em Agricultura Biológica do Sul) e apoiada por dezenas de outras. Para mais informações contactar info@stopogm.net ou www.stopogm.net